STJ00110498

EDUARDO MARCIAL FERREIRA JARDIM
...

Manual de
DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

17ª edição
2020

saraiva jur

STJ00110498

336.1.5
J37m
17.ed.

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Jardim, Eduardo Marcial Ferreira

Manual de direito financeiro e tributário / Eduardo Marcial Ferreira Jardim. – 17. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
608 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1366-3 (impresso)

1. Direito financeiro – Legislação - Brasil. 2. Direito tributário – Legislação – brasil. I. Título.

20-0344 CDD 340

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito financeiro 34:336(81)

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Amal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Breno Lopes de Souza Josiane de Araujo Rodrigues Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão	PBA Preparação e Revisão de Textos
Capa	IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 8-7-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606594 CAE 727399

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA
Nº 1180015 DATA 16/12/2020

1180015

ÍNDICE

Prefácio 23
Introdução 27
Nota do autor 31

Primeira Parte
DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Capítulo Único – DEFINIÇÃO E CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS SOB EXAME

1. Comentários acerca dos vocábulos "conceito" e "definição" 35
2. Definição de direito financeiro 38
3. Definição de direito tributário 40
   3.1. Outras denominações da disciplina 44
      a) Direito financeiro 44
      b) Direito do imposto 45
      c) Direito impositivo 45
      d) *"Tax law"* 46
      e) Direito fiscal e direito tributário 46
4. Pontos comuns e traços diferençais entre o direito financeiro e o direito tributário 48
5. O direito financeiro e o direito tributário em relação à ciência das finanças e ao direito econômico. Afinidades e dessemelhanças 49

6. Relações entre o direito tributário e os demais ramos do direito 50
6.1. Direito tributário e direito administrativo 51
6.2. Direito tributário e direito ambiental 51
6.3. Direito tributário e direito civil 52
6.4. Direito tributário e direito comercial 53
6.5. Direito tributário e direito constitucional 53
6.6. Direito tributário e direito do trabalho 54
6.7. Direito tributário e direito internacional 55
6.8. Direito tributário e direito penal 55
6.9. Direito tributário e direito processual 56
7. Positivação do direito tributário brasileiro 56
a) Plano constitucional 56
b) Plano legal: codificação e legislação 57
c) Plano administrativo 59

Segunda Parte
TEMAS DE DIREITO FINANCEIRO

Capítulo I – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

1. Sistema Financeiro Nacional. Noções 63
1.1. Plano constitucional 65
1.2. Patamar ordinário 69
2. Princípios constitucionais de índole financeira 70
2.1. Estrita legalidade 70
2.2. Anualidade 71
2.3. Universalidade 73
2.4. Unidade 75

2.5. Exclusividade em matéria orçamentária 76
2.6. Proibição de estorno 76
2.7. Outros princípios: especialização e publicidade . 76

Capítulo II – ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

1. Noções 78
2. Pródromos da atividade financeira 79
3. Mercantilismo 80
4. Cameralismo 80
5. Fisiocracia 81
6. Classicismo 82
7. Sinopse 82

Capítulo III – DESPESAS PÚBLICAS

1. Definição 84
2. Comentos genéricos 85
3. Classificação 89
4. Crescimento das despesas públicas. Causas reais e as chamadas causas aparentes 93
5. Limite das despesas públicas 96

Capítulo IV – RECEITAS PÚBLICAS

1. Definição à luz do direito positivo. Equívocos metodológicos 101
2. Classificação 103
2.1. Classificações doutrinais 103
2.2. Classificação segundo a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964 108

2.3. Expressão das receitas tributárias e não tributárias no orçamento público 109

Capítulo V – ORÇAMENTO PÚBLICO

1. Noções introdutórias e históricas 113
2. Natureza jurídica do orçamento 116
3. Procedimento legislativo aplicável ao projeto de lei orçamentária 119
4. Execução do orçamento 123
5. Controle e fiscalização da execução orçamentária 125
   5.1. Lei de Responsabilidade Fiscal 127
      5.1.1. Emenda Constitucional n. 95/2016 129
   5.2. Orçamento impositivo 129
6. Tribunais de contas 130

Terceira Parte

TEMAS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Capítulo I – TRIBUTO E ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS

1. Aspectos polissêmicos atinentes ao termo "tributo". 137
2. Definição legal 140
3. Tipologia jurídica do tributo 145
4. Espécies tributárias. Enumeração e regime jurídico. 147
   4.1. Posicionamento tradicional 148
   4.2. Posição da Escola de Direito Público da PUCSP 149
   4.3. Postura adotada no presente estudo 150
   4.4. Impostos 152
   4.5. Taxas. Comentos genéricos 153

4.5.1. Taxas de polícia 154
4.5.2. Taxas de serviço público específico e divisível 156
4.5.3. Taxas de pedágio 158
4.6. Contribuições de melhoria 160
4.7. Empréstimos compulsórios 161
4.8. Contribuições sociais, interventivas econômicas e profissionais 163
4.8.1. Contribuições sociais 163
4.8.1.1. Contribuições públicas de seguridade social 165
4.8.2. Contribuições interventivas no domínio econômico 166
4.8.3. Contribuições profissionais ou econômicas 170
4.8.4. Contribuição de iluminação pública 171
4.9. Breve estudo da norma jurídica tributária volvido a identificar as espécies tributárias 172
4.9.1. Estrutura da hipótese tributária: critério material, espacial e temporal 174
4.9.2. Estrutura da consequência tributária. Os critérios de consequência: critério pessoal e quantitativo 176
5. Fenomenologia da tributação 181

Capítulo II – FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Fontes materiais e fontes formais ao lume da escola clássica 185
2. Fontes e formas de manifestação do direito 187
3. Formas de expressão do direito no plano legislativo 189
3.1. Patamar constitucional 190

a) Constituição Federal 190
b) Emenda à Constituição 192
3.2. Patamar infraconstitucional ou legal 193
a) Lei complementar 193
b) Lei ordinária 201
c) Medida provisória – período de 5 de outubro de 1988 a 11 de setembro de 2001 202
d) Medida provisória a contar de 12 de setembro de 2001 208
e) Decreto legislativo 209
f) Resoluções do Senado Federal 209
3.3. Patamar infralegal ou administrativo 210
a) Decreto 210
b) Portaria 211
c) Demais atos normativos 211
4. Formas de expressão do direito no plano jurisdicional 213
5. Formas de expressão do direito de natureza não estatal 214
a) Doutrina 214
b) Costume 215
c) Negócio jurídico 216
6. Planos normativos 217
7. Hierarquia normativa 218

Capítulo III – SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

1. Introdução 221
2. Princípios constitucionais expressos 225
a) Federativo 225
b) Republicano 226
c) Legalidade 228

d) Irretroatividade das leis 229
e) Universalidade da jurisdição 230
f) Devido processo legal e ampla defesa..... 231
g) Direito de petição 233
h) Direito de propriedade..... 234
i) Igualdade 236
3. Princípios constitucionais inexpressos..... 239
a) Isonomia das pessoas constitucionais 239
b) Supremacia do interesse público ao do particular. 239
c) Indisponibilidade do interesse público..... 240
4. Princípios constitucionais tributários expressos 240
a) Estrita legalidade..... 240
b) Anterioridade – Generalidades 242
c) Anterioridade ano-calendário – Período entre a Emenda n. 18, de 1º de dezembro de 1965, e a Emenda n. 42, de 19 de dezembro de 2003..... 243
d) Anterioridade ano-calendário conjugada com a noventena, a viger desde a Emenda n. 42, de 19 de dezembro de 2003 247
e) Anterioridade – Exceções 247
f) Anterioridade – Exceções à noventena 248
g) Anterioridade nonagesimal (1)..... 248
h) Anterioridade nonagesimal (2) – Contribuições de seguridade social 248
i) Anterioridade em relação aos tributos estatuídos por medida provisória 249
j) Estrita irretroatividade..... 249
k) Não discriminação tributária em razão da origem ou do destino dos bens 251
l) Imunidade..... 252

m) Capacidade contributiva 258
n) Vedação à tributação confiscatória 260
o) Igualdade estrita 260
p) Seletividade e essencialidade do IPI e do ICMS. 262
q) Seletividade relativa às contribuições de seguridade social 265
5. Princípios constitucionais expressos com desdobres inexpressos 265
a) Não cumulatividade 265
b) Progressividade 270
c) Uniformidade geográfica 271
6. Princípios constitucionais tributários inexpressos 274
a) Indelegabilidade da competência tributária 274
b) Tipicidade 275
7. Objurgatórias em relação a determinadas regras contidas no sistema tributário nacional constitucionalizado 276
7.1. Exame dos §§ 6º e 7º do art. 150 da Constituição 276
7.2. Análise da criação de novas competências por intermédio de emendas 278
8. Competência tributária 279
8.1. Conceito 279
8.2. Competência tributária e capacidade tributária ativa 280
8.3. Pessoas competentes 281
8.4. Deflagração do procedimento legislativo tributário 281
9. Partilha de competências tributárias 282
10. Compartilhamento de receitas tributárias 286

Capítulo IV – IMPOSTOS POR ESPÉCIE

1. Impostos Federais 292
1.1. A competência da União em matéria de impostos 292
1.2. Importação de produtos estrangeiros 293
1.2.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos 293
1.2.1.1. Hipóteses de não tributação e suspensão do imposto no plano subconstitucional 295
1.2.1.2. Demais componentes da norma matriz constitucional 296
1.3. Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados 301
1.3.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos 301
1.3.2. Demais componentes da norma matriz 302
1.4. Renda e proventos de qualquer natureza 304
1.4.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos 304
1.4.2. Demais componentes da norma matriz 305
1.4.2.1. Pessoas físicas 307
1.4.2.2. Pessoas jurídicas 311
1.5. Produtos industrializados 312
1.5.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos 313
1.5.2. Demais componentes da norma matriz 316
1.6. Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários 320
1.6.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos 321

1.6.2. Demais componentes da norma matriz..... 322
1.7. Propriedade territorial rural..... 324
1.7.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos..... 324
1.7.2. Demais componentes da norma matriz..... 325
1.8. Grandes fortunas..... 328
1.8.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos..... 328
1.8.2. Demais componentes da norma matriz..... 331
1.9. Residuais..... 332
1.9.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos..... 332
1.9.2. Demais componentes da norma matriz..... 333
1.10. Extraordinários de guerra..... 334
1.10.1. Comentos genéricos..... 335
2. Impostos Estaduais e Distritais..... 336
2.1. Competência estadual e distrital em matéria de impostos..... 336
2.2. Transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos – ITCMD..... 336
2.2.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos..... 337
2.2.2. Demais componentes da norma matriz..... 338
2.3. Operações relativas à circulação de mercadorias e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS..... 341
2.3.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos..... 341
2.3.2. Demais componentes da norma matriz..... 343
2.4. Propriedade de veículos automotores – IPVA..... 350

2.4.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos 350
2.4.2. Demais componentes da norma matriz..... 354
3. Impostos Municipais e Distritais 357
3.1. Competência municipal e distrital em matéria de impostos 357
3.2. Propriedade predial e territorial urbana – IPTU.. 358
3.2.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos 359
3.2.2. Demais componentes da norma matriz..... 361
3.3. Transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI..... 367
3.3.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos 368
3.3.2. Demais componentes da norma matriz..... 369
3.4. Serviços de qualquer natureza – ISS..... 371
3.4.1. Fato gerador constitucional e desdobres genéricos 372
3.4.2. Demais componentes da norma matriz..... 375
4. Tributos de competência comum. Simples Nacional 379

Quarta Parte

NORMAS GERAIS AO LUME DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Capítulo I – LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Legislação tributária: conceito teorético e conceito codificado..... 385

2. Leis 386
3. Tratados e convenções internacionais 388
4. Decretos 390
5. Normas complementares 392
5.1. Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas 392
5.2. Decisões administrativas com eficácia normativa. 393
5.3. Práticas reiteradas das autoridades administrativas 394
5.4. Convênios internos 395

Capítulo II – VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noções de vigência 397
2. Eficácia no tempo e no espaço 399
3. Aspecto eficacial das normas constitucionais 400
4. Aplicação 401
4.1. Aplicação retroativa 403
5. Interpretação e integração 404
5.1. Considerações genéricas sobre o tema 404
5.2. Interpretação no Código Tributário Nacional 408

Capítulo III – O FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. A expressão "fato gerador". Generalidades 412
2. O fato gerador à luz do Código Tributário Nacional 414
2.1. O fato gerador da obrigação principal 414
2.2. O fato gerador da obrigação acessória 415
2.3. O aspecto temporal do fato gerador 415
2.4. Interpretação do fato gerador 417

2.5. Fato gerador presumido 418
2.6. Breves comentários ao parágrafo único do art. 116 do Código Tributário Nacional 420

Capítulo IV – A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. A obrigação. Breves noções 421
2. A obrigação tributária. Conceito e generalidades 423
3. A obrigação tributária à luz do Código Tributário Nacional 424
4. Classificação das obrigações ao lume da teoria geral do direito 427

Capítulo V – SUJEITO ATIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Sujeito ativo. Noções 430
2. Comentário ao art. 119 do Código Tributário Nacional 431
   2.1. Parafiscalidade 432
   2.2. Fiscalidade e extrafiscalidade 433
3. Comento sucinto ao art. 120 434
4. Sub-rogação da capacidade tributária ativa 434
   4.1. Sub-rogação. Noções 434
   4.2. Sub-rogação no direito tributário 435

Capítulo VI – SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Sujeito passivo. Definição e classificação 438
2. Solidariedade. Generalidades 441
3. Capacidade tributária passiva 443

4. Domicílio tributário 445
5. Responsabilidade tributária 446
6. Sujeição passiva direta e indireta 447
7. Responsabilidade sucessória 450
8. Responsabilidade subsidiária de terceiros 452
9. Responsabilidade pessoal do agente no tocante ao cometimento de infrações 455
10. Direitos do consumidor em relação ao IPI e ao ICMS 457
11. O ilícito tributário 458
12. Multas pecuniárias e outras sanções 460
12.1. Multas pecuniárias, sanções e transferência de responsabilidade 463
13. Crime contra a ordem tributária 465
14. Responsabilidade de terceiros segundo Paulo de Barros Carvalho 470

Capítulo VII – O CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. O crédito tributário. Noção e generalidades 473
2. Constituição do crédito. Tributos cobrados por meio de lançamento e exigidos sem essa formalidade 473
3. O lançamento. Conceito do Código Tributário Nacional. Observação crítica 475
3.1. Conceito adotado 478
3.2. Modalidades de lançamento segundo o Código Tributário Nacional 478
3.3. Objurgatória à classificação do Código Tributário Nacional no tocante às modalidades de lançamento 479
4. Definitividade do lançamento 480

4.1. Hipóteses de alterabilidade do lançamento 481
5. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário 484
6. Extinção da obrigação tributária 489
6.1. Hipóteses extintivas 489
6.1.1. Pagamento simples e especial 490
6.1.2. Compensação 491
6.1.3. Transação 494
6.1.4. Remissão 496
6.1.5. Decadência 498
6.1.6. Prescrição 502
6.1.6.1. Teorema suspensivo da prescrição 504
6.1.6.2. Fórmulas interruptivas da prescrição 504
a) Citação do devedor 504
b) Notificação judicial 506
c) Ato judicial que constitua o devedor em mora 506
d) Ato de reconhecimento do débito pelo devedor 507
6.1.6.3. Outros comentos 507
a) A prescrição no Código de Processo Civil 507
b) Prescrição intercorrente 508
6.1.7. Decisão administrativa irreformável 508
6.1.8. Decisão judicial passada em julgado 510
6.1.9. Dação em pagamento 511
7. Exclusão do crédito tributário 512
7.1. Isenção. Breves comentos 515
7.2. Anistia. Noções sucintas 516

Capítulo VIII GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO DIREITO SUBJETIVO DA FAZENDA PÚBLICA

1. Noções e generalidades 519
2. Preferência do crédito tributário à luz do texto original do Código e concurso de preferência 524
   2.1. Preferência nos processos de falência e de recuperação extrajudicial do devedor 525
   2.2. Preferência nos processos de inventário, de arrolamento e na liquidação das pessoas jurídicas 526
3. Exigência de quitações 527

Capítulo IX ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Administração tributária. Conceito e generalidades. 528
2. Pessoas obrigadas a prestar informações. Dever de sigilo. Auxílio de força policial 530
3. Dívida ativa 533
4. Certidões negativas 536

Quinta Parte

O PROCESSO TRIBUTÁRIO

Capítulo I – PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

1. Generalidades. Processo administrativo e processo judicial 541
2. Particularidades do processo administrativo tributário 547
   a) Órbita municipal 547
   b) Campo estadual 549

c) Hemisfério federal Secretaria da Receita Federal do Brasil 550

Capítulo II – PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

1. Introdução 553
2. Instrumentos em prol da Fazenda Pública 554
   a) Ação cautelar fiscal 554
   b) Ação de execução fiscal 556
   c) Ação declaratória de constitucionalidade 559
   d) Outras ações 560
3. Instrumentos comuns à Fazenda e ao sujeito passivo 561
4. Instrumentos à disposição do sujeito passivo 562
   a) Controle repressivo de constitucionalidade pela via da exceção ou defesa 562
   b) Exceção de pré-executividade 563
   c) Embargos à execução 564
   d) Tutela provisória 568
   e) Caução judicial 569
   f) Agravo de instrumento com efeito suspensivo ou antecipação de tutela recursal 571
   g) Ação anulatória de débito fiscal 571
   h) Tutela provisória antecipada ou incidental 574
   i) Ação declaratória 576
   j) Ação de consignação em pagamento 578
   k) Mandado de segurança 578
   l) Ação de repetição de indébito 585
   m) Ação direta de inconstitucionalidade 592
   n) Arguição de preceito fundamental 593

Referências 595